

## Anistia ampla para bombeiros e policiais

Muito modificado, projeto que pretendia beneficiar apenas os envolvidos na greve de junho no Rio de Janeiro acabou ampliado para 13 estados, retroativamente a 1997



Lindbergh Farias (em segundo plano) observa votação ao lado de Jucá, Renan, Aloysio e Crivella

**T**odos os movimentos grevistas e de reivindicações promovidos por bombeiros e por policiais militares desde 1997, em 13 estados, foram anistiados ontem com a aprovação de projeto pelo Plenário do Senado. A concessão de anistia criminal originalmente se destinava apenas aos bombeiros e PMs do Rio de Janeiro, que fizeram greve e manifestações em junho, mas emendas estenderam o benefício a outros estados. O PLS 325/11, do senador Lindbergh Farias, vai agora ao exame da Câmara dos Deputados. **3**

Oposição lança esforço para criar CPI mista da corrupção **4**

Senadores estão convencidos de desvio de recursos no Ecad **8**



Collor, entre Zenik Krawtchuk e Ánuar Nahes, preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

**País reabre embaixadas em Honduras e Iraque**

Indicações dos embaixadores em Tegucigalpa e Bagdá, Zenik Krawtchuk e Ánuar Nahes, respectivamente, foram aprova-

das pela Comissão de Relações Exteriores. As duas mensagens presidenciais dependem ainda de votação do Plenário. **5**

Proposta obriga escolas a usarem linguagem de sinais Libras **3**

Comissão aprova projeto que reduz ameaça de aves para aviões **3**

Idosos podem ficar isentos de taxas em aeroportos **3**

Exploração sexual de crianças deve se tornar crime hediondo **7**

CDH substitui "alienação" por "transtorno mental" **7**



Cristovam Buarque (2º à dir.) preside debate preparatório para a Rio+20

**Grandes cidades sem futuro sustentável**

O arquiteto Tom Rebello sugere que o poder público mobilize fortes recursos para

que os migrantes atraídos pelas grandes cidades façam o caminho contrário. **6**



Senador Humberto Costa (3º à esq.) com os representantes de movimentos sociais: celebração

**Uma década livre dos manicômios**

Representantes de movimentos antimanicômiais fazem, em debate organizado por subcomissão permanente

dedicada à área da saúde, balanço positivo da reforma no tratamento de pessoas com distúrbios mentais. **7**



Temas como fiscalização do setor produtivo do álcool, venda de *tablets* no Brasil e liberação de recursos para escolas atingidas por calamidades estão entre os assuntos das medidas provisórias ainda em análise na Câmara

# Pauta do Senado deve receber mais nove MPs nas próximas semanas

A PAUTA DO Senado deve ser ocupada nas próximas semanas por nove medidas provisórias (MPs). Duas delas, que tratam da recuperação de escolas atingidas por desastres naturais, já foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e devem ser lidas no Plenário nos próximos dias. Outras quatro trancam a pauta na Câmara, entre elas a que trata da fiscalização do setor produtivo do etanol e a que concede incentivos fiscais para a produção de *tablets* no Brasil. Mais três medidas têm previsão de votação até o final de agosto.

O PLV 20/11 e a MP 531/11 foram aprovados pela Câmara na última semana e tratam de recuperação da rede física de escolas públicas atingidas por desastres naturais, que poderão ter acesso aos recursos em caso de ser decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência.

A primeira MP criou o plano de recuperação da rede física das escolas e a segunda concedeu crédito extraordinário de R\$ 74 milhões ao Ministério da Educa-



Valter Campanato/ABR

Quadra esportiva destruída por tornado em Guaraciaba (SC): MP criou plano de recuperação da rede física das escolas

ção para a execução do plano. Ambas precisam ser votadas pelo Senado até 5 de setembro ou perderão a validade.

A primeira a trancar a pauta na Câmara é a MP 532/11, que deve ser votada na terça-feira.

O texto atribui à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a fiscalização e a regulamentação do setor produtivo do etanol, antes considerado um subproduto agrícola. O texto, que perderá

a validade em 8 de setembro, também reduz o percentual mínimo de álcool que pode ser adicionado à gasolina, com o objetivo de diminuir o impacto direto do preço do etanol no combustível fóssil.

## Relatores buscam ajustes na MP dos Tablets

Relatores da MP 534/11, que concede benefícios fiscais para produção de *tablets* no Brasil, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e a deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) estão trabalhando em conjunto para assegurar que as isenções propostas não coloquem em risco a competitividade de nenhuma região do país, em especial a Zona Franca de Manaus.

Editada em maio deste ano, a MP 534/11 inclui os *tablets* (computadores portáteis com tela sensível ao toque) na chamada Lei do Bem (Lei 11.196/95), que reduziu a zero as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de produtos específicos de informática. No caso dos *tablets*, atualmente o PIS e Cofins são de 9,25% sobre o produto.

O temor é que a isenção de impostos prevista na MP deixe o Polo Industrial de Manaus – que tem regime tributário diferenciado para estimular a instalação de indústrias na região – com os mesmos incentivos de São Paulo, estado mais rico do país, que tem muito mais atrativos para as empresas de tecnologia.



Moacir Menezes/Senado Federal  
João Vicente destaca contribuição da classe para o desenvolvimento

## João Vicente homenageia economistas

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) fez ontem, em Plenário, homenagem aos economistas, cujo dia é comemorado em 13 de agosto, e lembrou que ele e mais dois irmãos são economistas.

Para o parlamentar, a profissão tem papel de destaque no Brasil de hoje. Segundo Claudino, o Brasil tem aparecido como referência no pensamento da economia mundial. Ele disse ainda que, na atualidade, o economista não tem um perfil único, mas sua atuação está disseminada em vários setores.

O senador lembrou que o mundo está temeroso diante de uma crise econômica internacional. afirmou, entretanto, que o governo federal está tomando as providências para que o Brasil siga na rota do crescimento econômico.

O parlamentar criticou o sistema de representação do Conselho Federal de Economia (Cofecon). Para ele, o Cofecon deveria rever seu sistema de representatividade, pois o conselho "tem 27 conselheiros de apenas nove estados".

## Mozarildo exalta garçons, advogados e estudantes

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou a passagem, ontem, do Dia do Advogado e do Dia dos Garçons, prestando homenagem a esses profissionais e estendendo-a aos estudantes em geral, por entender que a educação deve ser prioridade no país. O senador propôs que o tema seja debatido pelos parlamentares, que devem encontrar meios de o Brasil oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos.

Ao homenagear os advogados e juízes, Mozarildo destacou a categoria dos defensores públicos. Ele informou que a Defensoria Pública em Roraima está mais bem estruturada que em estados maiores e mais desenvolvidos como São Paulo e Santa Catarina, pois conta com maior número de profis-



Waldemir Barreto/Senado Federal  
Mozarildo fez homenagem especial aos defensores públicos sionais e melhor estrutura de atendimento.

Mozarildo mencionou também a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos juízes, mesmo com o surgimento dos juzizados especiais para tratar de pequenas causas, que têm evitado que os processos se acumulem nos tribunais regionais e superiores.

## Para Santiago, classe fortalece a democracia

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) também registrou em Plenário a passagem do Dia do Advogado, ontem. A data se refere à criação dos primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827. O senador homenageou todos aqueles que seguem carreiras jurídicas, como advogados, magistrados, procuradores e promotores.

– Não poderíamos deixar de registrar essa importante data e registrar o trabalho de todas essas carreiras, de todos esses profissionais, que, de



Moacir Menezes/Senado Federal  
Segundo o senador, profissionais do Direito engrandecem o Brasil fato, engrandecem o Brasil e fazem com que a democracia, cada vez mais, se fortaleça – afirmou.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), deu os parabéns a todos os setores da advocacia brasileira.

## Paulo Paim elogia decisão do STF em favor de concursados

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que assegurou a nomeação dos aprovados em concursos públicos dentro do número de vagas previsto no edital. Ele lembrou que, desde 2004, tramita no Congresso a PEC 48/04, de sua autoria, que

dá a mesma garantia aos concursados. A PEC está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à espera de relator.

Alguns apontam que o STF estaria interferindo em assuntos do Legislativo, mas, "se o Legislativo não cumpre sua parte, o Supremo tem mais é que decidir".

## Crivella defende nomeação de auditores fiscais

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a nomeação dos 220 auditores fiscais aprovados em concurso público de 2009 para compor o quadro do Ministério do Trabalho, que tem 600 vagas não preenchidas. A contratação depende de autorização do Ministério do Planejamento.

– A nomeação de novos ser-



Waldemir Barreto/Senado Federal  
Senador diz que Ministério do Trabalho tem 600 vagas não preenchidas vidores representa investimento na prevenção de fraudes trabalhistas – disse.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Sessão sem votações

9h O Plenário realiza sessão não deliberativa, destinada a discursos de senadores. Entre os inscritos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Paulo Paim (PT-RS) e Wilson Santiago (PMDB-PB).

## CRA Políticas agrícolas de ocupação do território

14h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate as políticas públicas de ocupação territorial adotadas pela agricultura brasileira na implantação dos projetos de desenvolvimento regional. Entre os convidados, está o coordenador do Meio Ambiente da Organização das Cooperativas do Paraná, Sílvia Krinski.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



## Aprovadas normas para reduzir colisões de animais com aviões

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem substitutivo ao projeto que tem por objetivo reduzir o risco de acidentes decorrentes da colisão de aviões com animais. A proposta deverá passar por votação em turno suplementar, na próxima semana, seguindo depois para nova análise da Câmara dos Deputados.

De acordo com estudos do Centro de Pesquisa de Avifauna em Aeroportos (CPAA), uma ave de aproximadamente 1,5 kg gera um impacto de cerca de cinco toneladas ao se chocar com uma aeronave a 600 km/h.

Por isso, os acidentes resultantes de colisão de aeronaves com aves representam um perigo real. Os focos mais comuns de atração de aves, especialmente urubus, são os lixões, os matadouros e as instalações de beneficiamento de pescado.

Para combater esse tipo de acidente, a proposta aprovada

ontem possibilita o abate de animais, desde que não sejam espécies ameaçadas de extinção, e quando o impacto ambiental ou o custo econômico da transferência desses animais justificarem.

As normas atuais são definidas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), mas, segundo o projeto, há falhas: o texto não define responsabilidades nem estipula multas para as infrações. A nova lei corrige essas falhas e promove outros aperfeiçoamentos no texto em vigor.

São consideradas infrações implantar ou operar atividade com potencial de atração de espécimes da fauna nas áreas próximas aos aeroportos. As penas administrativas vão desde advertência a embargo de obras, além de multas de R\$ 1 mil a R\$ 1,25 milhão.

O projeto original e o substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tratavam da colisão de aeronaves apenas com aves.

Segundo o relator na CI, Ciro Nogueira (PP-PI), após a aprovação do substitutivo na CMA, foram enviadas sugestões de aprimoramento da proposta pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Ciro Nogueira, relator, aproveitou sugestões para aprimorar proposta

## Idosos de baixa renda podem ser isentos de tarifa aeroportuária

Projeto de lei do Senado (PLS 273/11) que isenta os idosos de baixa renda do pagamento da tarifa de embarque em voos domésticos foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A proposta vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), para decisão terminativa.

O autor da iniciativa, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), argumenta a necessidade de beneficiar os idosos em um momento no qual "a demanda do

transporte de passageiros de longa distância, graças ao crescimento da economia, tem se deslocado do transporte coletivo terrestre para o aéreo".

O texto proposto por Valadares previa que seriam beneficiados todos os passageiros a partir de 60 anos. Mas o relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), aumentou esse limite para 65 anos, exigindo ainda que o beneficiário tenha renda mensal de no máximo dois salários mínimos, para adaptar os critérios do projeto a dispositivos do Estatuto do Idoso.

## Projeto exige CPF no capacete de motociclista e passageiro

Preocupado com o grande número de delitos cometidos por criminosos em motocicletas, Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentou projeto (PLS 453/11) que obriga a inscrição do CPF do condutor ou passageiro de motos em seus capacetes. Encerra-se hoje o prazo para oferecimento de emendas à matéria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao anunciar ao Plenário a apresentação da proposta, o parlamentar disse que já virou rotina aquele tipo de delito,

praticado geralmente por duplas, que se beneficiam do anonimato que os capacetes proporcionam. Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) elogiou o projeto.

O capacete acaba impedindo a identificação desses criminosos, disse o senador, seja pelas vítimas e testemunhas, seja por câmeras de segurança.

O projeto obriga os condutores e passageiros de motocicletas a terem, em seus capacetes, o número do CPF escrito de maneira legível e facilmente identificável.



Bombeiros do Rio de Janeiro, no final de junho, reivindicam anistia criminal em frente ao Congresso Nacional

## Senado aprova anistia a bombeiro e policial militar

O projeto original, de Lindbergh Farias, concedia o benefício a militares grevistas do Rio de Janeiro. Emendas ampliaram a anistia a movimentos desde 1997 em outros 13 estados

O PLENÁRIO APROVOU ontem a concessão de anistia criminal aos bombeiros e policiais militares do Rio de Janeiro que fizeram greve e manifestações em junho. Emendas apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estenderam o benefício a outros estados. O projeto de lei do Senado (PLS 325/11) vai agora ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta, apresentada por Lindbergh Farias (PT-RJ), tinha caráter terminativo na CCJ, mas recurso obrigou a análise do Plenário, onde os senadores sugeriram outras emendas e, com elas, ampliaram a anistia aos profissionais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande

do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins que se envolveram em movimentos reivindicatórios desde 1997.

O projeto foi apoiado por opositores e governistas, com uma abstenção – pessoal e não partidária –, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ele entendeu que a "anistia por atacado" dos 439 militares que invadiram o quartel central dos bombeiros militares do Rio de Janeiro em greve de fome para reivindicar melhores salários ignoraria o fato de o episódio ter sido bastante controvertido, por envolver homens e mulheres armados.

### Harmonização

O relator na CCJ, Marcelo

Crivella (PRB-RJ), que defendera a urgência na votação do texto, comemorou a "medida de harmonização" e propôs que, a partir de agora, as controvérsias surgidas no estado do Rio de Janeiro sejam solucionadas por consenso.

Os 439 bombeiros do Rio de Janeiro que motivaram o projeto de Lindbergh Farias foram presos após ocupação do quartel central da corporação. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

No final do mês de junho, os deputados estaduais do Rio de Janeiro aprovaram – e o governador Sérgio Cabral sancionou – a anistia administrativa aos bombeiros que ficaram presos por terem invadido o quartel-general da corporação.

## Linguagem de sinais obrigatória nas escolas

A comunicação com os estudantes com deficiência auditiva em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas escolas públicas e privadas, poderá ser obrigatoriamente feita por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). É o que prevê projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem em Plenário e enviado para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto inicial previa que a Libras seria componente curri-

cular obrigatório, inclusive para os alunos ouvintes, mas emenda acatada restringiu essa obrigação apenas aos alunos surdos. Dessa forma, as escolas terão três anos, a partir da publicação da lei, para montar estrutura e ensinar Libras aos alunos surdos, que terão o direito de comunicar-se por meio desse sistema linguístico.

O texto aprovado diz ainda que as condições para a oferta de ensino de Libras serão definidas em regulamento dos

sistemas de ensino, que detalharão a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes e de tecnologias de comunicação em Libras. Também fica aberta a possibilidade de acesso da comunidade estudantil sem deficiência auditiva e dos pais de alunos com deficiência auditiva ao aprendizado de Libras.

Reconhecida por lei como meio de comunicação e expressão, a Libras pode ser ensinada nos cursos de professores para o exercício do magistério.

## Mais quatro varas do Trabalho são criadas

Em votação simbólica, o Plenário aprovou a criação de duas varas da Justiça do Trabalho nas cidades de São Miguel dos Campos e União dos Palmares, em Alagoas.

O relator do projeto, Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que a criação das duas novas varas foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o senador, as novas varas são especialmente importantes para os mais necessitados em Alagoas, devido à possibilidade de solução mais rápida dos conflitos trabalhistas na região.

– A criação dessas novas varas vai trazer resultados positivos para a população do estado, que vai poder contar com uma Justiça mais rápida e eficiente – afirmou Renan.

O Senado também aprovou a criação de mais duas varas da Justiça do Trabalho nas cidades de São Bento do Sul e Navegantes, no estado de Santa Catarina. As matérias agora seguem para sanção presidencial.

## Adidos diplomáticos serão submetidos ao Senado

Projeto de lei que estabelece que as indicações de adidos diplomáticos sejam submetidas ao Senado foi aprovada ontem pelo Plenário, após ter sido apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O PLS 153/11 segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Pela atual legislação, a indicação dos adidos é feita por portaria ministerial e a nomeação ocorre por ato do presidente da República.

Os adidos titulares deverão ser aprovados previamente pelo Senado, por voto secreto e após sabatina. Na justificativa do projeto, os senadores da CRE argumentam que tem ocorrido, nos últimos anos, um aumento significativo do número de adidos em várias áreas de atuação, quando até recentemente havia apenas os militares e culturais.

Hoje, justifica o texto do projeto, se verifica a presença desses servidores exercendo missões nas embaixadas como adido agrícola, adido tri-butário, adido policial e adido de inteligência.



## Taques diz que Senado está fraco para fiscalizar



Pedro Taques

Ex-procurador da República, o senador Pedro Taques (PDT-MT) defendeu ontem um projeto seu para que a corrupção seja crime hediondo.

– A corrupção mata de forma literal. Quantos morreram nas estradas no Brasil? Será que não morreram em razão da corrupção no Ministério dos Transportes?

O parlamentar considera que os senadores não têm cumprido funções como a fiscalização dos demais Poderes da República porque o Legislativo estaria enfraquecido diante da votação de medidas provisórias.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) respondeu que houve momentos em que as CPIs funcionaram, como a CPMI dos Correios.

## Ferraço critica governabilidade a qualquer custo



Ricardo Ferraço

Diante das sucessivas denúncias de irregularidades em órgãos do Executivo, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou ontem

que é hora de o país repensar o atual modelo de gestão pública, baseado no governo “de coalização” e na “governabilidade a todo e qualquer custo”.

De acordo com o parlamentar, esse modelo trouxe, historicamente, benefícios ao país ao assegurar ao governo sustentabilidade para adoção de suas políticas públicas.

Mas hoje, diz Ferraço, o pragmatismo nesta relação entre Executivo e Legislativo estaria “no limite da irresponsabilidade”, uma vez que, no governo, o apadrinhamento político estaria se sobrepondo às contratações por mérito e competência.

Iniciativa pretende apurar de forma abrangente todas as denúncias envolvendo irregularidades no Executivo. São necessários apoios de 171 deputados e 27 senadores

# Oposição propõe CPI mista para investigar corrupção

OS PARTIDOS DE oposição no Senado e na Câmara dos Deputados decidiram começar ontem a coleta de assinaturas para a criação de uma comissão parlamentar mista para investigar corrupção no Executivo. Os opositoristas querem ainda informar pela internet à sociedade sobre o andamento da mobilização, inclusive divulgando os nomes de senadores e deputados que apoiarem o requerimento.

– O site servirá para mostrar à população quem quer e quem não quer investigar – comentou Demóstenes Torres (GO), líder do DEM.

A iniciativa foi anunciada após reunião na liderança do PSDB do Senado, ao final da manhã, com integrantes da oposição nas duas Casas. Os líderes consideram insuficiente a estratégia do governo de estimular a vinda de ministros ao Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre as denúncias e afirmam que a corrupção está espalhada em diversos setores do governo, o que justificaria uma CPI abrangente.

– Será uma CPMI abrangente sobre todos os assuntos que estão sendo denunciados, inclusive sobre a questão da [área da] saúde, que nem ao menos foi



Reunião de líderes de oposição da Câmara e Senado, com Alvaro Dias ao fundo

mencionada – comentou o senador José Agripino (DEM-RN).

Para que uma CPI mista possa ser criada, são necessárias as assinaturas de pelos menos 27 senadores e 171 deputados. Mesmo com o insucesso das recentes tentativas de criação de CPIs em cada uma das Casas, os líderes acreditam que será possível conquistar o número regimental necessário. Para o líder do DEM na Câmara, deputado ACM Neto (BA), a disseminação das denúncias favorece o êxito na busca de assinaturas.

## Dissidentes

A oposição conta ainda com o apoio de dissidentes da base governista, especialmente de

integrantes do PR ainda insatisfeitos com a exposição do partido em decorrência das denúncias que forçaram a saída do ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, indicado pelo partido e que agora reassumiu o cargo de senador. Conforme Agripino, houve maior imputação sobre o PR, embora os erros estejam diluídos entre diversos partidos da base.

– Aqueles que quiserem passar a limpo a sua história, como o PR, vão caminhar para assinar um instrumento de verificação de onde está a culpa. É um instrumento de legítima defesa e de aquisição de um discurso para evitar a morte do partido – avaliou Agripino.

## CDR rejeita convite a Jucá Neto e Ortolan

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) rejeitou ontem requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) convidando Milton Ortolan, ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura, e Oscar Jucá Neto, ex-diretor financeiro

da Conab, a explicar ao colegiado denúncias de corrupção na pasta. O requerimento incluía convite a Júlio Fróes, lobista que atuaria no ministério.

As denúncias de fraudes em licitações e desvio de recursos foram apresentadas por Oscar

Jucá Neto em entrevista publicada pela revista *Veja* na edição de 10 de agosto.

Contrários ao convite, Sérgio Souza (PMDB-PR), Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT) e Delcídio do Amaral (PT-MS) consideraram desnecessário ouvir essas pessoas, já que o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, falou aos senadores na quarta-feira, esclarecendo os fatos e assegurando a apuração das denúncias.

Em defesa do requerimento, Alvaro e Cyro Miranda (PSDB-GO) assinalaram que a audiência com o ministro não deveria impedir que os senadores ouvissem o outro lado, o contraditório.



Na reunião, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Jayme Campos e Sérgio Souza

## Simon sugere “jogo de cintura” à presidente

Pedro Simon (PMDB-RS) congratulou-se com a presidente Dilma Rousseff por seu esforço contra a corrupção, mas pediu à chefe de governo mais “jogo de cintura” na negociação com o Congresso. O parlamentar mencionou notícias – segundo ele, desfavoráveis ao PMDB – publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* e pelo site Congresso em Foco as quais levam a crer que a classe política impede a morali-

zação no governo ao ameaçar a presidente em votações no Congresso.

– O PMDB não pode entrar nessa, muito menos o PT – afirmou.

O senador disse que Dilma está tendo a coragem que Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso não tiveram, mas sem a força política daqueles ex-presidentes. Simon exaltou os feitos de Lula e o considera



Pedro Simon

um homem de bem, mas que não teve coragem de fazer o que podia ter feito.

– Ele podia ter deixado o PT seguir o caminho dele, da ética, da moral, da dignidade, que era o grande PT. Agora, quando eu sonho em refazer o velho MDB, acho que deveriam sonhar em refazer o velho PT – declarou o parlamentar.

Pedro Simon considera que o ministério de Dilma foi composto de forma errada, no qual partidos indicaram pessoas que não têm biografias inatacáveis.

## SARNEY REAFIRMA A SIMON APOIO A DILMA

Pedro Simon pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que comentasse nota do *blog* do colunista Cláudio Humberto segundo a qual José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil no governo Lula, tem conversado com políticos da base para manifestar temor de que Dilma pode não completar o mandato, em decorrência de erros no relacionamento com o Congresso. Uma das conversas teria sido mantida com Sarney.

José Sarney negou os termos da conversa mencionada na nota e reafirmou sua solidariedade à presidente da República.

## Cristovam: Dilma não pode ser punida por acertos

Cristovam Buarque (PDT-DF) saiu em defesa da presidente Dilma Rousseff e criticou especulações de que ela poderia não terminar o mandato, em virtude da falta de apoio político.

– Isso não pode ser dito, pensado ou sonhado – disse Cristovam.

Um governo não pode ser punido por seus acertos, acrescentou, referindo-se às demissões em ministérios investigados por irregularidades.

– Dilma está fazendo o certo ao bancar a faxina – declarou.

Na opinião de Cristovam, o problema está na articulação política de uma base com sustentação partidária muito ampla. Além dessa articulação problemática, o governo enfrenta uma crise mundial complexa.

## Senador defende comandante do Exército

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu ontem o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, que, ao lado de outros generais, está sendo investigado por suspeita de participação em fraudes em obras rodoviárias do Exército.



Luiz Henrique

– Quando o general Enzo Martins Peri era oficial, era chamado de “espartano”, um comandante exemplar, de total idoneidade. Convivi com ele como governador do estado de Santa Catarina e posso atestar sua total lisura. Se alguém na tropa cometeu erros, não foi com a conivência e complacência do general Enzo – assegurou o parlamentar.

## Para Alvaro Dias, corruptos devem ser inimigo nº 1

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo ontem aos parlamentares de todos os partidos para que elejam a corrupção como o inimigo número 1 do Brasil. De acordo com o senador, o problema é o mais importante a ser enfrentado hoje no país.

Citando dados da ONG Transparência Internacional, o parlamentar destacou o fato de o Brasil sempre ocupar lugar de destaque no *ranking* dos países mais corruptos, elaborado anualmente pela instituição.

Alvaro informou que, de acordo com recente relatório da Transparência Internacional, 26% da movimentação de recursos ligados à corrupção em todo o mundo estão localizados no Brasil.



## Suplicy defende regras rígidas para produtos importados

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância do projeto de lei da Câmara (PLC 176/08) que estabelece regras para a adequação técnica de produtos importados. Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador já apresentou voto pela sua aprovação.

O projeto, informou Suplicy, veda a importação de produtos que não atendam à regulamentação técnica brasileira, institui sistemática de fiscalização e sanções em caso de desconformidade com as normas federais e prevê a perda dos produtos em alguns casos.

O senador afirmou que muitos produtos importados não cumprem as normas técnicas brasileiras e terminam por exer-



Senador diz que muitos importados não cumprem normas técnicas

cer concorrência desleal com a indústria nacional. Em sua avaliação, o projeto está em sintonia com o Brasil Maior, plano lançado pelo governo federal na semana passada, que tem, entre outros objetivos, conceder incentivos à indústria brasileira e inibir a concorrência desleal.

## Para Lindbergh, redução de juros vai estimular a economia

Para lidar com a crise econômica mundial, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu ontem a redução da taxa básica de juros, a Selic.

Na avaliação do parlamentar, a adoção de um "afrouxamento monetário" pelos Estados Unidos gera pressão constante sobre o real e faz a indústria nacional enfrentar uma competição "extremamente agressiva", que poderá causar a destruição do parque produtivo.

Lindbergh criticou o fato de o Brasil ser o único país onde existe indexação na remuneração dos títulos da dívida pública com a taxa básica de juros da economia. Por isso, apresentou

dois projetos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): um que proíbe a indexação dos títulos da dívida pública com a taxa Selic e outro que trata das competências do Banco Central, incluindo o compromisso com o crescimento econômico.



Senador também critica indexação de títulos públicos pela taxa básica

## Senador alerta para iminência de guerra comercial violenta

O senador Lindbergh Farias mostrou preocupação com o que chamou de "guerra comercial violentíssima", que, segundo ele, será causada pela crise da dívida dos Estados Unidos e da Europa. Para ele, o Brasil precisa tomar medidas corajosas com relação aos juros para prevenir retrocessos.

– A gente não devia nem

esperar a próxima reunião do Copom [Comitê de Política Monetária] daqui a 45 dias. É preciso firmeza do governo – sugeriu o senador, que considera muito elevada a taxa de juros ou Selic.

Lindbergh alerta que Estados Unidos e União Europeia, por não terem outros caminhos, "querem nos deixar com as commodities".

## Eduardo Braga elogia medidas protecionistas da Camex

Garantir que a indústria nacional seja capaz de enfrentar a competição desleal de empresas estrangeiras é uma forma de evitar a recessão, afirmou o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), ao elogiar os reajustes tarifários para produtos importados determinados na segunda-feira pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ele disse que medidas como essas impedem a concorrência desleal, que pode desindustrializar o Brasil.

O senador citou o caso de indústria de ar-condicionado *split*,



Para o senador, concorrência chinesa desleal pode desindustrializar o país sediada em Manaus, cujos 10 mil trabalhadores estavam em férias coletivas em decorrência da competição desleal com produtos chineses.

Aprovadas ontem pela CRE, mensagens indicando Zenik Krawttschuk e Ánuar Nahes, respectivamente para Tegucigalpa e Bagdá, dependem ainda de votação em Plenário

# País volta a ter embaixador em Honduras e no Iraque

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem mensagens indicando os ministros de segunda classe Zenik Krawttschuk e Ánuar Nahes para embaixadores em Honduras e no Iraque, respectivamente. As duas mensagens presidenciais serão ainda submetidas ao Plenário.

Krawttschuk já se encontra em Honduras, onde trabalha como encarregado de negócios na embaixada brasileira. Uma vez confirmado pelo Plenário, ele assumirá o posto de embaixador dois anos depois do golpe de Estado que derrubou o então presidente Manuel Zelaya, em 28 de junho de 2009.

Depois do golpe, Zelaya passou três meses viajando pelo continente em busca de apoio e voltou clandestinamente a Honduras, onde se refugiou na embaixada brasileira durante quatro meses. De lá, saiu para passar dois anos de exílio e voltou ao país em maio deste ano.

Após o retorno de Zelaya e a readmissão de Honduras na Organização dos Estados



Senador Fernando Collor, entre os diplomatas Zenik Krawttschuk e Ánuar Nahes, preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

Americanos (OEA), em 1º de junho, o Brasil promoveu a normalização de suas relações diplomáticas com aquele país, relatou Krawttschuk. Segundo o indicado, cuja mensagem teve como relator Marcelo Crivella (PRB-RJ), Honduras espera "gestos positivos de aproximação" do Brasil.

Krawttschuk informou que está em andamento o programa Estudante Convênio, que permite a matrícula de estudantes



Fonte: CIA World Factbook

hondurenhos em universidades brasileiras. Disse ainda que o BNDES acaba de aprovar financiamento para a construção de duas hidrelétricas em Honduras.

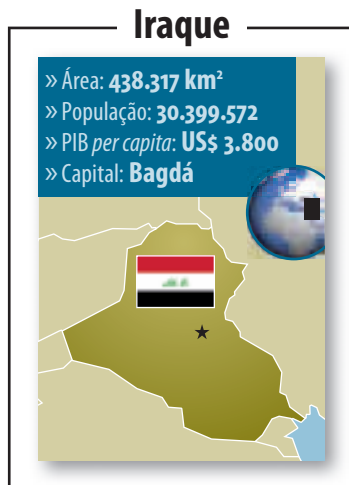
## Ánuar Nahes destaca potencial iraquiano

Oito anos depois da ocupação do Iraque por tropas americanas, já existem em Bagdá 52 embaixadas, informou à CRE o diplomata indicado para chefiar a chancelaria brasileira naquele país, Ánuar Nahes. Dessas, observou, 26 estão "funcionais e atuantes" no momento em que o Iraque está retornando à normalidade política e econômica. Em sua opinião, a embaixada brasileira tem de acompanhar as 26 que já estão em funcionamento.

– Quando a situação de segurança melhorar, o potencial é

enorme. Há toda uma relação para se reconstruir – disse Nahes, cuja indicação teve como relator o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que as indicações dos embaixadores marcavam um momento de reaproximação do Brasil com Honduras e Iraque. Por sua vez, Suplicy informou que a Volkswagen enviará quatro modelos de automóveis a uma feira em Bagdá, para tentar repetir o sucesso obtido nos anos 70 com a exportação de carros Passat fabricados no Brasil.



Fonte: CIA World Factbook



Representantes suecos na CRE, com o senador Blairo Maggi ao centro: transferência de tecnologia como atrativo central

## Suecos explicam proposta para a venda dos caças

Com a promessa de transferência total de tecnologia para o Brasil, representantes da empresa Saab e do governo da Suécia defenderam ontem, na CRE, a escolha dos caças Gripen Next Generation (NG) para o reequipamento da Força Aérea Brasileira. Representantes dos Estados Unidos e da França serão ouvidos nas próximas semanas pela comissão.

Segundo o diretor-geral da Saab no Brasil, Bengt Jáner, o modelo de cooperação proposto inclui uma "parceria igual"

entre Saab e Embraer, aí incluída propriedade intelectual compartilhada dos projetos do avião e exportações para mercados como o da América do Sul. Ele informou ainda que o pacote prevê 100% de financiamento de 15 anos para a compra das 36 aeronaves a serem adquiridas pelo governo brasileiro, com o primeiro pagamento após a entrega da última aeronave.

O diretor-estratégico da Saab, Dan Jangblad, previu que a sua empresa e a Embraer poderão "vender juntas" os aviões a se-

rem produzidos pelas duas nos próximos anos.

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) considerou o Gripen como "o melhor projeto do ponto de vista de transferência tecnológica". Ana Amélia (PP-RS) ressaltou o fato de que pela primeira vez a Suécia promoveria transferência total de tecnologia de defesa a outro país. Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que a transferência de tecnologia proposta "será de extrema importância para o desenvolvimento futuro da nossa aeronáutica".



Arquiteto Tom Rebello sugere que solução para problemas das grandes cidades exige fortes investimentos no retorno dos migrantes às suas origens e na melhoria delas



Sebastião Santos (E), Hazem Galal, Cristovam Buarque e Tom Rebello debatem como assegurar um futuro sustentável às grandes cidades

## Inchaço das metrópoles recomenda interiorização

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, o arquiteto Tom Rebello defendeu, como medida adequada para resolver os problemas sociais decorrentes do inchaço nas grandes cidades brasileiras, amplo financiamento público para o retorno dos migrantes a suas regiões de origem.

Na avaliação do especialista, os governos, em todos os níveis, deveriam destinar recursos não apenas para custear a volta dos migrantes, mas sobretudo investir em suas cidades de origem de modo a dotá-las de toda a infraestrutura urbana – hospitais e escolas, por exemplo – necessária para tornar atrativa a permanência das pessoas nesses lugares.

Para ele, um projeto governamental de construção de moradias populares como o Minha Casa, Minha Vida contribuiria

muito mais para o desenvolvimento do país se concentrasse seus recursos nas pequenas cidades em vez dos grandes centros.

– Se nós associarmos uma política de financiamento desses indivíduos, para retornar às suas origens, com projetos de desenvolvimento urbano, na área de saúde, na área de estrutura de habitação, na área de educação e em outras, evidentemente, sem dúvida nenhuma, estará se promovendo um projeto de reordenamento do espaço regional brasileiro no seu todo, que é o que já acontece em grande parte dos países do mundo.

Em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da subcomissão, Tom Rebello sugeriu, como forma de tornar as grandes cidades mais organizadas, a transferência de atividades concentradas nas áreas centrais para a periferia. Como exemplo

de grande cidade que adotou essa prática, ele citou Paris, que instalou empresas de alta tecnologia junto a aeroportos, na periferia da cidade.

Participou ainda da audiência pública o ator do filme *Lixo Extraordinário* e presidente da Associação dos Catadores de Jardim Gramacho (RJ), Sebastião Carlos dos Santos. O ator forneceu informações sobre a atividade dos catadores de sua associação e criticou a falta de projeto do governo do Rio de Janeiro para remanejar as famílias de catadores quando o lixão de Gramacho for desativado. Em relação à atividade de reciclagem, Sebastião lembrou frase do ex-presidente Lula ao defender a ampliação da atividade de coleta seletiva, mas com a valorização dos catadores:

– Coleta seletiva sem catador é lixo.

## Souza sugere estatal para enfrentar a biopirataria



Sérgio Souza

Preocupado com os prejuízos que a chamada biopirataria causa ao Brasil, Sérgio Souza (PMDB-PR) apresentou projeto (PLS 440/11) que autoriza o Executivo a criar a Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Biobras).

O senador lembrou casos pitorescos, como as tentativas de empresas japonesas de patentear frutos tipicamente brasileiros como o açaí e o cupuaçu. De acordo com Sérgio Souza, já foram constatados vários casos de biopirataria no país envolvendo principalmente ONGs e cidadãos estrangeiros.

– O projeto procura contribuir para por fim à biopirataria nos biomas brasileiros – explicou o parlamentar.

## Pinheiro teme crise no setor de energia elétrica



Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) chamou a atenção para a proximidade do vencimento das concessões do setor de energia elétrica. Ele disse que o Congresso tem de decidir o que fazer com as concessões de geração, distribuição e transmissão que vencem a

partir de 2015. O senador avalia que o Congresso precisa se antecipar, pois a ausência de regras pode causar insegurança jurídica e até problemas de abastecimento de energia elétrica. Ele explicou que as concessões já renovadas de 114 usinas hidrelétricas vencem a partir de 2015, o que representa substanciais 30,7 mil megawatts de potência. Também vencerão as concessões de usinas térmicas e de empresas de distribuição e transmissão, acrescentou.

## CRA avalia hoje ocupação territorial

As políticas de ocupação territorial adotadas na implantação de projetos de desenvolvimento regional serão analisadas em debate hoje, a partir das 14h, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Será o 15º seminário do ciclo de palestras promovido pela comissão, sempre com transmissão pela TV Senado.

Participam do debate Silvío

Krinski, coordenador do Meio Ambiente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar); Eliseu Alves, assessor da presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Helton Damin da Silva, chefe-geral da Embrapa Florestas; e Agostinho Senem, secretário executivo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi).

### Aldo Rebelo analisa na terça o Código Florestal

Relator na Câmara do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11), o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) participa na próxima terça-feira de audiência pública que reúne três comissões do Senado: Agricultura (CRA), Ciência e Tecnologia (CCT) e Meio Ambiente (CMA). O substitutivo de Rebelo foi aprovado na Câmara no fim de maio em meio a acirrados debates que dividiram ambientalistas e ruralistas.

### Agronegócio pede celeridade a Sarney

Representantes do agronegócio brasileiro se reuniram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir a rápida aprovação do projeto do novo Código Florestal. Eles alegam que a demora provoca uma série de problemas na produção agrícola. – Viemos contar o que está acontecendo com as usinas como orçamentos travados, ações civis, multas – explicou Marcos Sawaya Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

## Programa de apoio a microdestilarias

A CRA realizará audiência pública para discutir o projeto (PLS 252/11) que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro). O encontro foi sugerido por Ana Amélia (PP-RS). A iniciativa, de Acir Gurgacz (PDT-RO), define microdestilarias como unidades produtoras de até cinco mil litros de álcool ou biocombustíveis por dia.

O texto estabelece que o Promicro

priorize agricultores familiares e suas cooperativas e inclua o aproveitamento da palha e do bagaço em projetos de geração de energia elétrica.

O financiamento de microdestilarias, de acordo com a proposta, poderá ser pago em até oito anos, com dois anos de carência. Deverão ser convidados representantes da ANP, da CNA, da Contag e do Confaz.

### Senadores discutirão leilões de energia

Senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) discutirão na quarta-feira que vem com o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, os leilões de concessões do setor elétrico a partir de 2014, quando vencem os atuais contratos de 20 anos. Em setembro, Lobão participará de debate na comissão sobre o cronograma de leilões de energia elétrica que o governo está preparando. O requerimento é de Waldemir Moka (PMDB-MS).

### Comissões realizam ciclo de debates sobre royalties

As comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizarão um ciclo de debates sobre a repartição dos royalties do petróleo entre os estados. Ontem, a CI aprovou um requerimento permitindo aos presidentes das duas comissões, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e senador Delcídio Amaral (PT-MS), elaborarem a pauta de audiências, a ser aprovada pelas duas comissões e também pelo presidente do Senado, José Sarney.

## Preservação de idiomas indígenas na pauta

A Comissão de Direitos Humanos irá marcar nos próximos dias uma audiência pública sobre a preservação dos idiomas indígenas, tema de projeto de lei (PLS 9/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele defende a adoção de medidas urgentes para proteger as línguas faladas pelos índios brasileiros, já que parte delas está

ameaçada de extinção “em curto prazo”.

A proposta de Cristovam prevê a criação do Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros e do Programa de Recuperação e Transmissão dos Idiomas Indígenas. Apresentada em 2008, a matéria aguarda decisão terminativa na comissão.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Paim • José Sarney • Geovani Borges • Cristovam Buarque • Pedro Simon

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miqúas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burl  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Crítica a corte de verba para o combate ao crack



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) manifestou em Plenário preocupação com o contingenciamento de recursos para combate ao crack, cuja verba deve cair dos R\$ 400 milhões previstos no Plano Plurianual 2012-2015 para R\$ 200 milhões.

A informação foi prestada, segundo a senadora, pela médica Paulina Duarte, secretária nacional de Políticas sobre Drogas, em audiência na Câmara dos Deputados.

Ana Amélia recordou que o Plano Nacional de Combate às Drogas, anunciado durante o governo Lula, previa a instalação de 65 centros regionais vinculados a centros de ensino superior com capacitação de profissionais de saúde e realização de pesquisas.

## APOIO À AMPLIAÇÃO DE DIREITOS DA DOMÉSTICA

Ana Amélia também defendeu, em discurso, a ampliação de direitos para trabalhadores domésticos, incluindo o seguro-desemprego. A senadora foi relatora do Projeto de Lei do Senado (PLS) 115/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que prevê o seguro para domésticos, mesmo que o empregador não o tenha inscrito no FGTS.

A iniciativa estabelece o pagamento de um salário mínimo, em parcela única, desde que o empregado tenha trabalhado pelo menos 15 meses nos últimos dois anos. Aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto aguarda decisão da Câmara.

## Jucá elogia titulação de terras em RR



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem o trabalho realizado pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Interaima) na emissão de títulos de propriedade. O senador anunciou que, em setembro, começará a regularização fundiária de 15 comunidades do Baixo Rio Branco, área mais remota de Roraima, numa operação que inclui áreas urbanas e rurais.

Jucá, que considera a regularização fundiária fundamental para o desenvolvimento de Roraima, enalteceu o trabalho do Interaima e o esforço da equipe de servidores.

O parlamentar também congratulou o ministro do Esporte, Orlando Silva, pela ampliação do Bolsa Atleta, programa que este ano pagará R\$ 52 milhões a mais de 3,5 mil desportistas.

Reunidos por subcomissão permanente dedicada à área da saúde, representantes de movimentos antimanicômiais fazem balanço positivo de uma década de reforma no tratamento de pessoas com distúrbios mentais

# Militantes comemoram dez anos da reforma psiquiátrica

DEZ ANOS É pouco para combater práticas comuns há mais de 200 anos, mas, no caso da Lei 10.216/01, que visa à reinserção permanente dos portadores de distúrbios mentais em seu meio familiar, esse prazo deve ser comemorado "com a veia fervendo de felicidade".

A afirmação é de Iracema Polidoro, integrante do Movimento Luta Antimanicomial, que participou de audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em comemoração pelos dez anos da lei, que levou 12 anos tramitando no Congresso Nacional – oito na Câmara e quatro no Senado.

– Ainda continuam alguns hospícios não respeitando a lei. Mas a Lei do Passe Livre foi conseguida, as residências terapêuticas também. Há pacientes que viveram 40 anos internados e hoje moram nas residências. Eles dizem "Hoje sou dono da minha chave" – afirmou Iracema.

A militante, que no passado teve a tia e um parente internados na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, disse que valeu a pena ir de ônibus a Brasília durante tantos anos



Silvia Ferreira (E), Iracema Polidoro, Humberto Costa e ex-deputado Paulo Delgado

para debater a Lei 10.216/01, regulamentada pelo senador Humberto Costa (PT-PE) durante sua passagem pelo Ministério da Saúde, no governo Lula.

Para Iracema, o fato de ela e outros que lutaram contra os manicômios serem convidados a comemorar os dez anos da lei tem significado especial.

A militante, porém, disse que é preciso atingir uma forma de controle social-familiar dos portadores de distúrbios mentais. Entre os avanços, ela apontou o fato de muitos hospitais e clínicas terem sido fiscalizados pelo Ministério da Saúde, que

conseguiu fechar alguns deles.

– Todos nós merecemos parabéns pela reforma psiquiátrica brasileira – resumiu.

## Álcool e drogas

Domingos Sávio, médico, disse que um dos maiores desafios no tratamento dos distúrbios mentais está relacionado ao uso abusivo do crack e do álcool. O surgimento de comunidades terapêuticas destinadas ao atendimento desses usuários tem que ser visto "com cuidado".

– Não podemos fazer uma coisa desatinada em relação a esse problema – disse.

## Lei estimula debate sobre liberdade e drogas

A lei que redirecionou o modelo assistencial em saúde mental pode ser um instrumento importante para o governo brasileiro na implantação de uma política de economia solidária, dando condições aos portadores de distúrbios mentais de se reintegrar à vida social e econômica.

A tese foi defendida pelo ex-deputado Paulo Delgado, autor do projeto da reforma psiquiátrica. Para ele, um dos principais problemas enfrentados na

questão dos distúrbios mentais diz respeito à improdutividade.

Delgado contou que a ideia da lei começou a crescer no Congresso com a presença de pacientes e familiares, que mostraram que os manicômios se baseavam nos conceitos de periculosidade e de incapacidade civil permanente.

– Ou seja, a doença estava associada a condutas de fracasso.

Já o atual coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras

Drogas do Ministério da Saúde, Roberto Kinoshita, disse que a mesma força que produziu a lei e viabilizou a expansão de uma nova rede de serviços deve ser capaz de enfrentar a questão da liberdade, "que vai ficando turbulenta".

– A questão da droga não é simples. Como manter um tratamento em liberdade? [No caso de] um sujeito preso à droga, em estado de fissura, podemos considerar que ele está livre?

## Jornada menor para psicólogos e fonoaudiólogos

Os 240 mil psicólogos e 35 mil fonoaudiólogos do Brasil poderão ser beneficiados com a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem diminuição dos salários. A senadora Marta Suplicy (PT-SP) – relatora de duas propostas sobre o tema, já aprovadas pela Câmara dos Deputados – anunciou ontem em audiência pública que dará parecer favorável à jornada de seis horas diárias.

A presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, Fernanda Magano; a representante do Conselho Federal de Psicologia, Monalisa Barros; e o presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Rogério Giannini, apresentaram os argumentos em favor da redução de jornada.

Fernanda observou que outras categorias, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, já se bene-

ficiam das 30 horas semanais.

Mesmo entre os psicólogos, segundo ela, a jornada varia conforme o estado e o município. A eliminação dessas disparidades requer uma lei nacional.

Giannini disse que a jornada extensa prejudica o profissional e, em consequência, o destinatário dos serviços. A necessidade de formação continuada, de participação em congressos científicos e de especialização também foi apontada como razão para as 30 horas semanais.

Monalisa informou que não há relato de prejuízos com a jornada reduzida nos municípios e estados que já concederam a jornada de 30 horas.

Presentes à audiência, os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Paulo Paim (PT-RS) e Jayme Campos (DEM-MT), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apoiaram a mudança.



Representantes das duas categorias no debate com Jayme Campos e Marta Suplicy

## Projeto exclui alienação mental da legislação

Já aprovado na Câmara, tramita no Senado projeto de lei que substitui a expressão "alienação mental" por "transtorno mental". O texto também garante que as pessoas com esse tipo de enfermidade, quando forem submetidas a perícia médica, tenham o direito de ser examinadas por junta formada por maioria de psiquiatras. A proposta (PLC 106/09) foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e enviada à de Assuntos Sociais (CAS).

A proposição determina que transtorno mental significa "enfermidade psíquica em geral" e deve substituir a expressão alienação mental, para evitar "incompreensões e distorções a respeito do termo".

O projeto também assegura às pessoas com transtorno mental o direito de serem examinadas por uma junta médica, com maioria de psiquiatras.



Presidente da CDH, Paulo Paim

## Exploração sexual de crianças será crime hediondo

O PLS 243/10, do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que classifica como crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes, foi aprovado pela CDH ontem. O próximo passo da tramitação será sua análise em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A nova classificação resultará em punições mais severas para a exploração sexual de menores. Seria aumentado, por exemplo, o prazo mínimo para a concessão de benefícios aos condenados, como o livramento condicional e a progressão de regime. Também não seria possível a fiança. Os crimes hediondos estão definidos na Lei 8.072/90.

O relatório sobre o projeto cita pesquisa divulgada ano passado que aponta a existência de 1.820 pontos de risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo das rodovias federais brasileiras.

Menciona também estudo que destaca a condição de pobreza em que se encontram a maioria das meninas e adolescentes que se prostituem.



Para relator da comissão, motorista acusado de receber direito autoral sem ser compositor é, na verdade, vítima de crime de falsidade ideológica

# Randolfe e Lindbergh se dizem convencidos de desvios no Ecad

O PRESIDENTE E o relator da CPI do Ecad, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), disseram estar convencidos da existência de um esquema de desvio de recursos de direito autoral no país. A convicção foi manifestada ontem, depois que os parlamentares ouviram depoimentos de dois acusados pela União Brasileira de Compositores (UBC) de fraudar o sistema para receber dinheiro indevidamente.

Primeiro a depor, o motorista de ônibus Milton Coitinho dos Santos, de Bagé (RS), afirmou desconhecer o Ecad e negou ser compositor ou ter participação em fraude para desviar verbas destinadas a artistas e compositores.

Segundo relatou Randolfe, a diretora executiva da UBC, Marisa Gandelman, teria acusado o motorista, na semana passada, de encontrar uma brecha no sistema de direito autoral para utilizá-lo de má-fé e receber certa quantia, o que motivou, inclusive, a abertura de inquérito policial contra ele.

– Alguém usou o meu nome e CPF para me envolver nesse caso – afirmou Milton Coitinho, que, para Randolfe e Lindbergh, em vez de fraudador, é vítima



Lindbergh e Randolfe ouvem Milton Coitinho: ele diz que alguém usou seu nome para fraudar direito autoral

de crime de falsidade ideológica.

## Estagiária

Também ouvida pela CPI, a estagiária de Direito Bárbara de Melo Moreira, do Rio de Janeiro (RJ), confirmou ter atuado como procuradora de uma pessoa chamada Milton Coitinho junto à UBC, recebendo direito autoral em seu nome pelo fato de o suposto artista estar morando em Las Vegas, nos Estados Unidos.

A estagiária admitiu que o convite para participar do negócio

foi feito pelo seu cunhado Rafael Barbur, que trabalhava na UBC e também deverá prestar depoimento à CPI. Ela teria recebido 10% do valor destinado a Milton Coitinho – que teria conhecido na reunião da comissão.

Após os depoimentos, Lindbergh decidiu convocar o delegado responsável pelo inquérito, Gustavo Castanheiras Valentini, para explicar “brechas” na investigação.

O senador quer saber, por exemplo, porque o responsável

pela área internacional da UBC – conhecido por Wendel e acusado pela estagiária de ter pedido indicação, para intermediação desse tipo de negócio, a Rafael Barbur e outros funcionários da entidade – não foi chamado a depor no inquérito.

Já Randolfe Rodrigues recomendou aos acusados – o motorista e a estagiária – que procurem seus direitos, porque a diretora executiva da UBC estaria jogando nos dois toda a culpa pela fraude.

## Convite para mãe de Cazuzu foi aprovado

A CPI do Ecad aprovou ontem convite a Lucinha Araújo e Cristina Moreira, representantes da ONG Viva Cazuzu, para prestarem informações sobre o sistema de arrecadação de direitos autorais. Lucinha Araújo tem reclamado da queda na arrecadação dos direitos sobre as músicas do filho, morto em 1990.

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) está envolvido em denúncias de desvio de arrecadação de direitos autorais e enriquecimento ilícito de dirigentes.

Foi decidida também a convocação do cantor, ex-deputado e atual prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Frank Aguiar. Ele é ex-presidente da Associação dos Compositores e Intérpretes Musicais do Brasil (Acimbra)

Por iniciativa do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), presidente da CPI, também deverão prestar esclarecimentos o ex e o atual presidentes da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção dos Direitos Intelectuais (Socinpro), respectivamente Sylvio Rodrigues e Jorge de Souza Costa.

O depoimento de Sylvio Rodrigues à comissão deveria ter ocorrido ontem. Ao iniciar a reunião, Randolfe disse ter sido surpreendido com um ofício informando sobre a mudança na direção da Socinpro, apesar de o então presidente ter confirmado, dois dias atrás, sua vinda ao Senado.

– Isso é um total desrespeito à CPI – reagiu o senador, que decidiu reconvocá-lo e chamar também Jorge Costa a comparecer à comissão.

## Representante do Ministério da Justiça aponta atuação cartelizada

O titular da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Vinicius Carvalho, atribuiu ao Ecad uma conduta anticompetitiva e cartelizada.

O caso já está sendo avaliado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que poderá, até o final do ano, se manifestar sobre envolvimento ou não do Ecad num esquema

de cartel na cobrança de taxas pelo direito autoral. Um cartel supõe ação coordenada entre empresas independentes com o objetivo de restringir ou eliminar a concorrência e elevar preços.

Não bastasse atuar em cartel, o Ecad também distribui bônus, o que caracterizaria desvio de finalidade da entidade. Essa

conduta seria suficiente para enquadrar a entidade na Lei de Defesa da Concorrência, mas ela tentaria se livrar dessas imposições com o argumento de não exercer atividade econômica nem ter fins lucrativos.

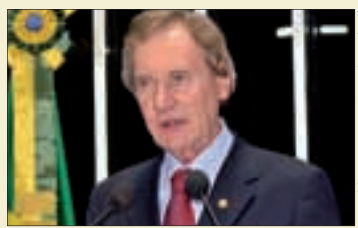
– Esse é um argumento cínico, pois, mesmo que não almeje lucro, ela exerce atividade econômica na medida em que gera

recursos – sustentou.

Além de não sofrer auditoria, o Ecad manteria um estatuto que estipula “barreiras desproporcionais” à entrada de novas associações na cobrança de direito autoral. Por isso, emissoras de TV e redes de cinema estariam contestando na Justiça distorções na cobrança e preços abusivos estipulados pelo Ecad.

## Casildo defende fortalecimento da educação

Apesar da queda do desemprego, há carência de mão de obra qualificada, o que prejudica a competitividade da indústria. De acordo com Casildo Maldaner (PMDB-SC), “não teremos solidez para sustentar crescimento de longo prazo senão apoiados numa política vigorosa de educação, acessível a todos os brasileiros”. Para o senador, a carência de qualificação tem impacto direto na competitividade das empresas, afetando a sua produtividade e qualidade. O plano Brasil Maior pode reverter essa situação, incentivando capacitação e especialização profissionais, disse.



Casildo: carência impacta produção



Debate será ampliado, diz Geovani

## Geovani saúda frente sobre sistema fundiário

Geovani Borges (PMDB-AP) saudou o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Regularização Fundiária. O senador explicou que a frente é basicamente um grupo de trabalho destinado a traçar uma política de regularização fundiária urbana nos municípios.

A frente, acrescentou Geovani, servirá ainda para incluir a sociedade civil no debate acerca das políticas de desenvolvimento urbano.

O senador disse que a estagnação de cidades brasileiras de fronteira, como Oiapoque (AP), é um evidente e embaraçoso contraste com o dinamismo de cidades gêmeas situadas em países vizinhos.

## Paim elogia MP que traz alívio para deficientes

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a aprovação, antontem, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/01, oriundo de medida provisória, que reduz a alíquota da contribuição à Previdência Social para o microempreendedor individual e traz ainda benefícios para as pessoas com deficiência.

Paim observou que as pessoas com deficiência poderão agora ser gestoras de seus próprios negócios e produzir riqueza. O senador disse, porém, que ainda faltam linhas de crédito para as pessoas com deficiência e espírito empreendedor, bem como orientações sobre como abrir uma empresa e gerir um negócio, de modo que os interessados possam manter a dignidade e expectativas de vida.

– Hoje avançamos muito, não que esteja resolvido, mas já existe o caminho, de respeitar as diferenças e o direito de todos – afirmou.



Jayme Campos: boas providências

## Jayme Campos elogia trabalho de Carlos Lupi

Jayme Campos (DEM-MT) considerou positivo o esforço do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para a aprovação de leis em benefício dos trabalhadores domésticos e para a redução no seguro-desemprego. Lupi esteve na quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador comemorou a criação de um cadastro que impedirá fraudes, praticadas por trabalhadores em convivência com patrões, em que a pessoa fica poucos meses no emprego, é demitida, começa a receber o seguro-desemprego, para ser contratada a seguir, sem carteira assinada. Assim, o trabalhador fica com o benefício e o empregador se livra de encargos sociais.

## Ataídes cobra transparência do Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou ontem que o Sistema S e os bilhões em recursos que ele arrecada anualmente precisam fazer mais e melhor pela população. Segundo o senador, só em 2010 foram arrecadados R\$ 12,4 bilhões e, ainda assim, os cursos oferecidos são cobrados. Em contrapartida, estima-se que R\$ 8 bilhões estejam aplicados no sistema financeiro.

– Quem tem R\$ 8 bilhões aplicados hoje no mercado financeiro e faz isso com a nossa nação é uma covardia. Isso me deixa indignado. É exatamente por isso que estou nesta tribuna – argumentou Ataídes Oliveira.



Ataídes: indignação com o Sistema S